



ÁPIA
CONSTRUTORA ÁPIA S.A.
 CNPJ/MF: 17.155.391/0001-16

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.635	5.703	Fornecedores	10	20.411	23.913
Clientes	5	70.776	92.996	Empréstimos e financiamentos	11	14.992	15.207
Adiantamentos	-	1.581	1.165	Obrigações trabalhistas	12	16.831	14.774
Impostos a recuperar	-	764	41	Obrigações sociais e tributárias	12	8.223	9.007
Partes relacionadas	6	1.576	7.720	Outras contas a pagar	-	1.087	541
Outros créditos	-	2.884	2.884	Total do passivo circulante		61.544	63.442
Total do ativo circulante		99.216	110.509	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Obrigações sociais e tributárias	12	41	62
Depósitos judiciais	7	1.201	1.086	Empréstimos e financiamentos	11	18.006	30.316
Outros	-	-	43	Total do passivo não circulante		18.047	30.378
Imobilizado	8	28.370	24.352	Patrimônio líquido			
Intangível	9	-	14	Capital social	13 a)	32.500	32.500
Total do ativo não circulante		29.572	25.495	Reserva legal	13 b)	1.141	-
				Reserva de lucros	13 c)	15.556	9.684
				Total do patrimônio líquido		49.197	42.184
Total do ativo		128.788	136.004	Total do passivo e patrimônio líquido		128.788	136.004

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		32.500	-	48	(5.133)	27.415
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	14.769	-	14.769
Constituição da Reserva Legal	-	-	738	(738)	-	-
Compensação prejuízo de exercício anterior com reserva legal	-	-	(738)	-	738	-
Compensação prejuízo de exercício anterior com reserva de lucros	-	-	-	(4.395)	4.395	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		32.500	-	9.684	-	42.184
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	22.827	-	22.827
Constituição da Reserva Legal	-	-	1.141	-	-	1.141
Distribuição de Lucros	-	-	-	(15.814)	-	(15.814)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		32.500	1.141	15.556	-	49.197

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
 A Construtora Ápia S.A. ("Companhia") com seus atos constitutivos registrados em 13 de maio de 1960, localizada na Rua Tito Simões, 99, bairro Pilar em Belo Horizonte - MG e tem como objeto social, os ramos de construção civil e/ou pesada, exploração de concessões e/ou permissões de serviços públicos e participação em outras Empresas.
 A Administração da Construtora Ápia S.A. aprovou as demonstrações contábeis, em 18 de abril de 2022, considerando os eventos subsequentes até essa data.

2. Políticas contábeis
2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis
2.1.1. Declaração de conformidade
 As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2. Base de mensuração
 As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos
 Ao preparar as demonstrações contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.
 A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos e outras avaliações similares.
 A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.
 A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:
• Vida útil dos bens do imobilizado
 A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório.
• Provisão para riscos de crédito de liquidação duvidosa
 As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas quando aplicável, da provisão para risco de crédito, a qual é constituída considerando-se a avaliação dos créditos.
• Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
 A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

3. Principais práticas contábeis
a) Caixa e equivalentes de caixa
 Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
b) Reconhecimento de receitas
 O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:
 • A identificação do contrato com o cliente;
 • A identificação das obrigações de desempenho;
 • A determinação do preço da transação;
 • A alocação do preço da transação; e
 • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.
 Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa de que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.
 A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente, conforme nota explicativa nº 14.
• Prestação de serviços - Compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços de contratos de infraestrutura. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega do serviço ao cliente.
• Outras vendas - Recebimento da venda de unidades imobiliárias mantidas decorrentes de operações anteriores. A receita é reconhecida no resultado quando da efetiva venda da unidade imobiliária ao cliente.
c) Contas a receber de clientes
 As contas a receber de clientes estão apresentadas, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que quando constituída considera a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.
d) Imobilizado
 O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 8. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.
 Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.
 Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

e) Avaliação do valor recuperável dos ativos
 A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estimam o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.
 Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).
 A Administração da Companhia não vê necessidade de ajuste aos valores dos seus ativos imobilizados por entender que os valores contábeis não são inferiores aos respectivos valores justos.
f) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
 As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.
 A Companhia não registrou provisões para eventuais riscos tributários, cíveis e trabalhistas nas suas demonstrações contábeis.
g) Tributação sobre a renda
Tributos correntes
 A Companhia está sujeita ao regime de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), na sistemática de apuração pelo lucro real.
i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica: o IRPJ mensal é calculado mediante a aplicação, da alíquota de 15% sobre a totalidade do lucro estimado do apurado no período e da alíquota adicional de 10% sobre a parcela do lucro estimado mensal que exceder a R\$ 20.000,00 e comparado ao IRPJ calculado pelas mesmas alíquotas sobre o lucro real acumulado de janeiro até o mês da apuração deduzido das antecipações mensais para determinação do recolhimento total, redução ou suspensão do pagamento. O IRPJ anual é calculado mediante a aplicação, da alíquota de 15% sobre a totalidade do lucro real apurado no exercício e da alíquota adicional de 10% sobre a parcela do lucro real anual que exceder a R\$ 240.000,00 e comparado com os recolhimentos por estimativa para determinação do saldo a recolher ou a compensar.
ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: a contribuição é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo apurada no mês e segue as mesmas regras do IRPJ para recolhimento total, redução ou suspensão. A contribuição anual é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a totalidade do lucro real e comparado com os recolhimentos por estimativa para determinação do saldo a recolher ou a compensar.
 A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.
h) Instrumentos financeiros
 Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.
i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos
 Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.
j) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
 Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
 Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.1. Pronunciamentos, normas e interpretações que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021
 O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do NBC TG 26/R5 (IAS 1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem os seguintes pontos:
 a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 b) O direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 c) Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
 d) Somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
 As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
 O IASB emitiu alterações na divulgação de práticas contábeis, que esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.
 O IASB emitiu alterações no NBC TG 23/R3 (IAS 8), esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.
 A Empresa irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. Caixa e equivalentes de caixa
 Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	14	510.209	416.756
Custo dos serviços prestados	15	(446.192)	(377.642)
Lucro bruto		64.017	39.114
Despesas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas, gerais e tributárias	15	(25.789)	(18.311)
Outras receitas operacionais	-	594	751
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro		38.822	21.554
Receitas financeiras	16	978	777
Despesas financeiras	16	(5.282)	(3.129)
(Prejuízo) lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		34.518	19.202
Contribuição social	18	(3.244)	(1.226)
Imposto de renda	18	(8.447)	(3.207)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		22.827	14.769

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa geral	3	1
Bancos conta movimento	7.427	2.431
Aplicações financeiras (a)	14.205	3.271
Total	21.635	5.703

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

5. Clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	4.913	2.452
Departo. de Estradas e Rod. do Estado Espírito Santo (DERES)	6	4.719
Prefeitura Municipal de Sete Lagoas	9.242	14.412
Veia S.A.	34.958	34.286
Salobo Metais S.A.	19.681	29.259
Minerações Brasileiras Reunidas (MBR)	-	5.961
Empreendimento Vida Nova	441	372
Outros	1.535	1.535
Total	70.776	92.996

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	59.877	77.043
Vencidas até 90 dias	-	-
Vencidas há mais de 90 dias	10.899	15.953
Total	70.776	92.996

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em dezembro	-	(506)
Reversão	-	506
Total	-	-

A Companhia faz uma estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa baseada no histórico de anos anteriores. Adicionalmente, podem ser reconhecidas reduções complementares para perdas identificadas de clientes em situações específicas fora do histórico de perda. O valor estimado é considerado suficiente para a cobertura das perdas possíveis na data do balanço.

6. Partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Empreendimento Vida Nova - Ápia Edif. e Empreendimento Ltda.	-	2.330
Ápia Edificações e Empreendimentos Ltda.	-	3.814
Cesenge Engenharia Ltda.	1.537	1.537
Consórcio CCM - Ápia	39	27
Outros	-	12
Total	1.576	7.720

6.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações de contas correntes envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. O saldo em aberto no encerramento do exercício não tem garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em transações financeiras. No exercício de 31 de dezembro de 2021, a Companhia não contabilizou quaisquer perdas por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionadas com os valores devidos por partes relacionadas.

6.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores

8. Imobilizado

	Máquinas, equipamentos e veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Outros	Total
Taxas de depreciação	10%	20%	20%	20%	
Custo total em 31/12/2019	18.111	3.873	467	42	22.493
Adição	22.831	511	27	-	23.369
Baixa	(4.680)	(28)	-	-	(4.708)
Transferência entre contas	327	(327)	-	-	-
Custo total em 31/12/2020	36.589	4.029	494	42	41.154
Adição	9.925	647	5	-	10.577
Baixa	(2.285)	(272)	-	-	(2.557)
Custo total em 31/12/2021	44.229	4.404	499	42	49.174
Depreciação total em 31/12/2019	(17.334)	(2.475)	(377)	(28)	(20.214)
Adições	(893)	(341)	(60)	-	(1.294)
Baixas	4.683	9	-	-	4.692
Transferência entre contas	(173)	192	(5)	-	14
Depreciação total em 31/12/2020	(13.717)	(2.615)	(442)	(28)	(16.802)
Adições	(5.981)	(354)	(28)	-	(6.363)
Baixas	2.220	141	-	-	2.361
Depreciação total em 31/12/2021	(17.478)	(2.828)	(470)	(28)	(20.804)
Saldo líquido em 31/12/2020	22.872	1.414	52	14	24.352
Saldo líquido em 31/12/2021	26.751	1.576	29	14	28.370

A Administração entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica dos seus ativos.

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração entende que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudesse ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme o Pronunciamento CPC 01.

9. Intangível

	Software
Taxa de amortização	20%
Custo total em 31/12/2019	445
Adição	-
Baixa	-
Custo total em 31/12/2020	445
Adição	-
Baixa	-
Custo total em 31/12/2021	445
Amortização total em 31/12/2019	(390)
Adições	(27)
Baixas	-
Transferência entre contas	(14)
Amortização total em 31/12/2020	(431)
Adições	(13)
Baixas	-
Amortização total em 31/12/2021	(444)
Saldo líquido em 31/12/2020	



CONSTRUTORA ÁPIA S.A.

CNPJ/MF: 17.155.391/0001-16

c) Reservas de lucros

Constituída a partir do saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução de eventuais prejuízos acumulados ou distribuição de lucros do exercício.

d) Distribuição de lucros

Em cada exercício o Conselho de Acionistas delibera a respeito da distribuição de lucros compatível com o fluxo de caixa exigido no exercício subsequente.

14. Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	558.447	453.212
Receita de vendas de unidades imobiliárias	93	16
(-) Impostos incidentes sobre vendas/ serviços	(48.331)	(36.472)
Receita líquida total	510.209	416.756

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de contribuições relacionadas ao PIS (aliquota de 0,65%), Cofins (aliquota de 3%) e ISSQN (aliquotas de 2% a 5%).

15. Custos e despesas por natureza

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Material e serviços	(255.104)	(219.571)
Despesa com pessoal	(178.159)	(149.840)
Depreciação e amortização	(6.376)	(1.321)
Energia e utilitários	(714)	(549)
Serviços de terceiros	(31.628)	(24.672)
Total	(471.981)	(395.953)
Generais, administrativas e tributárias	(25.789)	(18.311)
Custos com construção e serviços	(446.192)	(377.642)
Total	(471.981)	(395.953)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis aos Administradores e Quotistas da Construtora Ápia S.A.

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Construtora Ápia S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Construtora Ápia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

16. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	320	120
Juros ativos	3	49
Descontos obtidos	802	608
Atualização de precatórios	(147)	-
Total das receitas financeiras	978	777
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(59)	(298)
Juros pagos	(5.223)	(2.831)
Total das despesas financeiras	(5.282)	(3.129)
Resultado financeiro líquido	(4.304)	(2.352)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administra-

de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas bra-

deiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que pos-

sam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2022

Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

financeiras com as quais operam que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base no resultado fiscal apurado no exercício.

Tributos correntes

A reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está apresentada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	34.518	19.202
Adições (exclusões)	1.606	266
Compensação de prejuízos fiscais de per. anteriores	(78)	(5.840)
Base para imposto	36.046	13.628
Imposto de renda e contribuição social - 34%	12.256	4.634
Valor apresentado no resultado	11.691	4.433
Taxa efetiva	32%	33%

19. Cobertura de seguros (informações não auditadas)

A Companhia estabeleceu um programa de gerenciamento de riscos com a finalidade de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Construtora Ápia S.A. são consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Paulo Campos
CPF – 174.821.356-34
Diretor Financeiro

Jolcimar Lopes do Carmo
CPF – 032.040.636-90
CRCMG T.C. 63.995/O

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código A886-85D8-99FE-B586.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A886-85D8-99FE-B586> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A886-85D8-99FE-B586



Hash do Documento

IDJeO7OU8EGNkW0IQpw7BSJBsmS53U5EXU3/dkbiovo=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 28/04/2022 21:29 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

